

O ALEITAMENTO MATERNO E SEU IMPACTO SOCIAL

Breastfeeding and its Social Impact

Alice Damasceno Abreu¹, Eduardo Felipe Barbosa de Oliveira¹, Érika Luci Pires Vasconcelos¹, Sara Delgado Braga Silva¹, Claudia Cristina Dias Granito².

¹Discente, Enfermagem, Unifeso, ²Docente, Enfermagem, Unifeso

Resumo

Recomenda-se o leite materno como o primeiro alimento ingerido pelo neonato. As puérperas, ao chegar ao ambiente hospitalar, já devem ter sido instruídas sobre a importância e os benefícios imunológicos. Essa prática intensifica o binômio mãe/filho proporcionando à mulher a oportunidade de nutrir o recém-nascido reduzindo gastos com leite artificial e internações recorrentes, haja vista que o leite materno proporciona imunidade prevenindo principalmente doenças do trato respiratório, auxiliando no desenvolvimento cognitivo, motor e psicossocial. Para as mulheres é relevante que elas sejam conhecedoras dos privilégios da amamentação diante do pós-parto como sendo um método natural contra concepção, diminuindo o risco de hemorragia e anemia além de auxiliar na involução uterina. Sendo assim é fundamental que haja a instrução dos benefícios para ambos. Os objetivos deste trabalho são demonstrar como o aleitamento materno pode ser efetivo para uma sociedade justa e equânime baseada nos conceitos de cidadania, diversidade e sustentabilidade, e listar os benefícios da amamentação até os dois anos de idade. Trata-se de uma Revisão Bibliográfica de forma descritiva e qualitativa. Os dados foram coletados de artigos publicados no período 2012-2017. No período de construção deste projeto buscamos defender o leite materno como a forma mais natural de alimentação, tendo como base os benefícios imunológicos, financeiro e ambiental. A diminuição das internações reflete positivamente nos cofres públicos, o baixo consumo de leite artificial contribui efetivamente para o ambiente, já que os resíduos produzidos por este têm um período longo de composição. A leitura de artigos publicados recentemente mostra-se fundamental diante deste projeto, apesar de um grande grupo ser consciente sobre os benefícios dessa prática, alguns paradigmas vinculados à cultura são desmitificados ao decorrer dos anos.

Palavras-chave: Aleitamento materno; Diversidade cultural; Desenvolvimento sustentável.

Abstract

Breast milk is recommended as the first food eaten by newborn. The puerperal women upon reaching the hospital environment must have already been instructed about the importance and immunological benefits. This practice intensifies the mother / child binomial, providing women with the opportunity to nourish the newborn, reducing expenses with artificial milk and recurrent hospitalizations, since breast milk provides immunity, mainly preventing respiratory tract diseases, aiding cognitive, motor and cognitive development, psychosocial. It is relevant for women to be aware of the privileges of breastfeeding before the postpartum as a natural method against conception, reducing the risk of bleeding and anemia and assisting in uterine involution. Therefore it is essential to have the instruction of the benefits for both. The objectives of this paper are to demonstrate how effective breastfeeding can be for a fair and equitable Society based on the concepts of citizenship, diversity and sustainability, and to list the of breastfeeding up to two years of age. It is a Bibliographic Review in a descriptive and qualitative way. Data were collected from articles published in the period 2012 – 2017. During the construction period of this project we sought to defend breast milk as the most natural form of food, based immunological financial and environmental benefits. The decrease in hospitalizations reflects positively on public coffers the low consumption of artificial milk effectively contributes to the environment, since the waste produced by it has a long period of composition. The Reading of recently published articles is fundamental in view of this project, although a large group is aware of the benefits of this practice, some paradigms linked to culture are demystified over the years.

Keywords: Breastfeeding; Cultural diversity; Sustainable development

INTRODUÇÃO

Desde o planejamento familiar é de suma importância incentivar a amamentação nas mulheres que têm o desejo de engravidar, devido aos inúmeros benefícios que o mesmo oferece e que perpassam desde as relações afetivas entre binômio (fortalecendo o laço familiar), redução de gastos, imunização, diminuição do risco de alergias, hipertensão, colesterol e diabetes, prevenção de doenças (principalmente as respiratórias) até redução da morbimortalidade neonatal.

Amamentar é um processo que envolve interação profunda entre mãe e filho, além de uma estratégia natural de vínculo, afeto, proteção e nutrição para a criança (BRASIL, 2009).

Entre os pilares que sustentam a magnitude da amamentação destacam-se: Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade (CDS), direcionando a um propósito único, que tem como intuito conscientizar e formar a primeira identidade social: a família.

A puérpera possui direitos e deveres específicos para esta fase da vida, que são respaldados por lei, e que garantem o exercício da cidadania. Para Moraes, 2013: “[...] o termo cidadania origina-se do latim *civitas*, enquanto o conceito advém da Antiguidade, aproximando-se nas civilizações gregas das noções de liberdade, igualdade e das virtudes [...]”.

Logo, cidadania e amamentação caminham juntas, pois amamentar está assegurado pela legislação que permite a mulher e o filho, independentemente do nível social, desfrutar de forma livre deste recurso fisiológico.

Nessa perspectiva, caminhamos para o segundo pilar de estudo: a diversidade. Sabendo que o Brasil é um país miscigenado e multicultural coexiste uma diversidade de crenças, mitos e tabus de conhecimentos empíricos e pragmáticos acerca da amamentação, podendo influenciar direta ou indiretamente o ato de amamentar.

Contudo, Nakano (2003), evidencia que a mulher frente à amamentação, estreita relações com o local, a imagem imposta pela sociedade e a maternidade, e demonstram mutável desproporção em épocas de contextos sociais

que parte de valores e ganhos econômicos e governamentais. Além desses estudos, o ensinamento etnográfico confirma a diversidade durante a amamentação e a maternidade demonstra discrepâncias culturais.

O terceiro pilar envolve um fator importante e que vem sendo discutido cada vez mais nos últimos anos, a sustentabilidade. A sustentabilidade é desenvolvida através de atos, que visam preservar o mundo em que vivemos, de forma que garanta o futuro das próximas gerações.

Para a Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar, 2016:

“Amamentar é econômico, cultural, é orgânico, é natural, é uma prática sustentável que precisa ser apoiada, incentivada e protegida. [...] apoiar, incentivar e proteger o aleitamento materno é proteger a vida na Terra. É sustentabilidade. É direito e papel de todos.”

O leite materno é capaz de suprir, sozinho, as necessidades nutricionais da criança nos primeiros seis meses e continua sendo uma importante fonte de nutrientes no segundo ano de vida. Sua superioridade sobre os leites de outras espécies e outros alimentos infantis é cientificamente comprovada, por isso, o aleitamento materno é recomendado exclusivo por seis meses e complementado até os dois anos ou mais (BRASIL, 2009).

Desde 1979 a Organização Mundial de Saúde (OMS) em conjunto com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), vem elaborando estratégias mundiais no intuito de proteger, promover e apoiar o aleitamento materno. Em maio de 1981, na Assembleia Mundial de Saúde, foi adotado o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno, afirmando o direito de toda criança e toda gestante e nutriz a receber alimentação adequada como meio de obter e manter a saúde, pois as pressões comerciais desencorajam e criam obstáculos à amamentação, ficando desta forma restritas as práticas de vendas, marketing e propagandas usadas na comercialização de fórmulas infantis, mamadeiras e bicos.

Quanto à alimentação artificial, há estudos que comprovam inúmeros prejuízos, tais

como: a exposição precoce ao leite de vaca (antes dos quatro meses) aumenta em 50% o risco do aparecimento do diabetes *mellitus* tipo I; a quantidade de cálcio no leite de vaca é três vezes maior que no leite materno, porém, com desequilíbrio entre os minerais necessários para sua adequada utilização, prejudicando sua biodisponibilidade.

O leite de vaca possui três vezes mais proteínas que o leite humano, sobrecarregando o rim quando consumido em alta quantidade, podendo aumentar a excreção urinária de cálcio. A exposição a pequenas doses de leite de vaca nos primeiros dias de vida parece aumentar o risco de alergia ao leite de vaca.

As vantagens do aleitamento materno:

“Os nutrientes são absorvidos mais facilmente através do leite materno, ainda informa que o leite materno fornece toda a água que a criança necessita mesmo em clima quente e seco, o leite materno protege contra infecções, e pôr fim a amamentação ajuda a mãe e a criança a estabelecer uma relação estreita e carinhosa” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002, p.9).

O leite materno é econômico e prático. Evita gasto com leite artificial, mamadeiras, bicos, e materiais de limpeza. Está sempre pronto, na temperatura ideal, evita custos, não exige preparo e não pode ser contaminado.

JUSTIFICATIVA

A relevância dessa pesquisa é demonstrar, através da revisão bibliográfica, que o aleitamento materno exclusivo até o sexto mês de vida da criança é fator de vários benefícios para a promoção da saúde da mãe e do bebê. Bem como, favorecer os pilares que sustentam a magnitude da amamentação: Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade (CDS), direcionando a um propósito único, que tem como intuito conscientizar e formar a primeira identidade social que é a família.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Demonstrar como o aleitamento materno pode ser efetivo para uma sociedade justa e equânime baseada nos conceitos de Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade (CDS).

Objetivo específico

Listar os benefícios da amamentação até os dois anos de idade.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo, caracterizado como revisão bibliográfica que será realizada através das principais bases de dados em saúde e que tenha relação com a temática, vinculadas à literatura científica e técnica da biblioteca virtual em saúde. Os artigos e periódicos de escolha para pesquisa responderam à questão norteadora, juntamente com os objetivos do estudo científico, e constaram do período de 2012 a 2017, exceto quando os artigos encontrados com anos anteriores tenham grande relevância para pesquisa. Foram utilizados os seguintes descritores: aleitamento materno; diversidade cultural; desenvolvimento sustentável.

Portanto esta pesquisa foi de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva. O artigo utilizado na busca eletrônica sistemática foi em ordem decrescente, de acordo com o tempo de publicação, tendo como interface a ligação entre cidadania, diversidade e sustentabilidade. O projeto está vinculado à linha de pesquisa da área temática de Saúde Materna Infantil, que visa estudar os impactos, fragilidades e potencialidades relacionadas ao aleitamento materno.

Após o percurso metodológico descrito, foram selecionados os seis artigos que contemplaram a pergunta norteadora do presente trabalho, juntamente com os descritores e a interação entre os mesmos. Respeitando os aspectos étnicos relativos à feitura de pesquisas científicas. Foram analisados artigos do período de 2012 a 2017.

Foram excluídos artigos que não contemplaram a temática (a questão norteadora: Quais os benefícios do aleitamento materno para o crescimento e desenvolvimento da criança para uma sociedade igualitária, justa, étnica e sustentável?).

A análise de dados foi fundamentada nos resultados da avaliação crítica do estudo, interligando ao conhecimento teórico, a identificação de conclusões e implicações resultantes

da revisão integrativa. Logo, os dados encontrados na pesquisa foram listados em lacunas, onde estão justificados e categorizados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após leitura minuciosa dos artigos, foi realizado um quadro com a identificação dos artigos e monografias que foram utilizados nesta pesquisa.

Para tratamento dos dados, foi utilizado o método de Análise de Conteúdo, que permite a configuração de categorias temáticas de análise. Baseado em Bardin (2010), a análise de conteúdo será realizada seguindo as seguintes fases:

Pré-análise: leituras flutuantes dos materiais selecionados, para estabelecer contato com as ideias principais e com seus significados gerais, sem pretender sistematização, para que num movimento crescente a leitura fosse cada vez mais precisa, viabilizando a etapa seguinte;

Análise temática: para Bardin (2010), o tema é uma unidade de significação, que serve de guia para a leitura. Com base nesse contexto, está sendo feita a análise dos temas, na qual se procura descobrir os núcleos temáticos, através de palavras, frases e parágrafos, que se apresentem com frequência nos textos lidos, como forma de criar as categorias da pesquisa;

Categorização do estudo: nesta fase, por meio da leitura exaustiva dos artigos, e articulação entre as unidades temáticas de análise, serão criadas as categorias conforme os temas que emergirem durante a análise, nas quais forem expressas as interpretações e os significados necessários à construção de novos conhecimentos. As categorias são: O aleitamento materno e a cidadania no Brasil; o aleitamento materno e a diversidade sociocultural; e o aleitamento e a sustentabilidade.

O Aleitamento Materno e a Cidadania no Brasil

De acordo com o artigo 392 da CLT, a empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário. Entretanto, a Lei 11.770/2008 instituiu o Programa Empresa Cidadã, que prorrogou esse prazo por 60 dias e

concede benefícios fiscais para empresas que aderirem à iniciativa.

A fim de elevar as taxas de aleitamento materno no Brasil foi implantado, em 1981, o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno. Esta iniciativa também é responsável por garantir aumento nos indicadores relativos à oferta, doação aos bancos de leite e a justa distribuição do leite humano para recém-nascidos, sobretudo os que estão em UTI neonatal, tendo em vista que esta prática auxilia na reabilitação do neonato hospitalizado e que porventura não pode disfrutar do leite da mãe. Sendo assim, esta iniciativa refletiu positivamente.

O Brasil possui uma das mais eficientes políticas de aleitamento materno do mundo. No entanto, tão importante quanto as tecnologias empregadas e os incentivos, são a conscientização da população visando a solidariedade, que é essencial para o sucesso do projeto dos Bancos de Leite. Não somente a tecnologia leve proporcionada pelos enfermeiros (as) exalta a importância da prática e o auxílio às mães, mas também a tecnologia bruta evidenciada em aplicativos e páginas nas redes sociais, corrobora para a disseminação do projeto tendo como resultado uma sensibilização das puérperas.

A participação nas rodas de conversa nas salas de espera das Unidades Básicas de Saúde e ambulatorios facilitam a comunicação entre profissionais de saúde, gestantes e puérperas com a troca de experiências sobre o ato de amamentar, cuidados com as mamas neste período, a possibilidade de doação do leite humano aos postos coletores e armazenagem do mesmo para as mães que necessitam retornar precocemente ao mercado de trabalho. Com esta rede formada a doação voluntária e espontânea efetiva o projeto. Contudo, a orientação dos profissionais da saúde às mães que são potenciais doadoras a procurarem os bancos de leite é fundamental. Esta comunicação pode ser facilitada em grupos formados nas unidades de saúde, local onde é reunido um grupo de mães afins de compartilhar suas experiências, vivências, dificuldades e resultados. Tal proposta de encontro está relacionado à gestão do profissional de enfermagem que atua na unidade básica de

saúde, realizando estratégias que impactem positivamente na qualidade da assistência.

Em 2017, foram criadas duas leis que apoiam o aleitamento materno. A Lei 13.435, que cria o Agosto Dourado, e a Lei 13.436, que trata da orientação às mães lactantes nas redes pública e privada de saúde, com a intenção de popularizar a iniciativa e conscientizar a população. Desta forma, o Ministério da Saúde celebra anualmente, no mês de agosto, a Semana Mundial da Amamentação. Outra data que não deve ser esquecida é o Dia Nacional de Doação de Leite Humano, celebrado em 1º de outubro.

A importância desta prática em vários aspectos estimula o vínculo da mãe com o bebê, a melhoria na saúde da criança e a diminuição do abandono de incapaz, diante disso as junções das tecnologias agregaram qualidade assistencial no que tange a competência do enfermeiro (a).

O Aleitamento Materno e a Diversidade Socio-cultural

O incentivo à promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno tem sido difundido amplamente na sociedade, principalmente no que tange os benefícios que o leite materno traz para o bebê, para a mãe, para a família e para o Estado.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde (MS) recomendam a amamentação exclusiva até o sexto mês de vida do lactente, indicando a introdução de outros alimentos a partir desta idade, considerando a permanência da amamentação até os dois anos.

Quando o aleitamento materno ocorre desde a primeira hora de vida, os recém-nascidos já começam a receber substâncias imunológicas que os protegem contra microrganismos invasores promovendo a proteção à saúde do bebê. Todavia apresenta outras vantagens: nutricional, psicológica, social, econômica e ambiental.

O leite materno proporciona melhor qualidade de vida para as famílias, considerando que as crianças amamentadas exclusivamente ao seio materno adoecem menos, e com isso necessitam de menos atendimento médico, o que gera diminuição nas internações hospitalares e, por consequência, uma diminuição no

consumo de medicamentos. Isso representa uma diminuição nos gastos da família, além de minimizar o estresse. Com uma visão mais ampla, nenhuma outra estratégia isolada é capaz de alcançar o impacto que a amamentação comporta na redução das mortes de crianças menores de cinco anos (BRASIL, 2009).

A prática da amamentação está determinada pelos hábitos sociais e culturais das famílias. As concepções e valores no processo de socialização influem diretamente neste fenômeno, haja vista um comportamento diferente em cada contexto familiar. As heranças culturais são responsáveis pelas modificações nestes padrões comportamentais.

A influência da cultura familiar interfere na prática da amamentação e questiona-se, qual o nível de conhecimento da mãe sobre a importância do leite materno. Se a técnica do *HIGHLIGHTS*, orientações específicas sobre o aleitamento materno, tem sido aplicada durante o pré-natal, parto e puerpério, pois considera-se de fundamental importância para a duração e exclusividade deste ato. Compreendendo que a influência cultural na tomada de decisão do ser humano é de extrema sabedoria, resta ao profissional de saúde, o acolhimento dessas famílias para o êxito deste processo. O sucesso da desmistificação está associado às evidências, portanto como já comprovado para a eficácia desta prática é fundamental a capacitação, postura e atualização do enfermeiro (a) colaborando, assim, com a formação de um vínculo que poderá refletir de maneira satisfatória visando os benefícios que tal prática acarreta para mãe e bebê. A partir daí serão construídas observações e estratégias para o incentivo à prática da amamentação, reduzindo a mortalidade infantil e o desmame precoce.

O Aleitamento e a Sustentabilidade

O aleitamento materno é uma prática natural, embora fortemente influenciada pela diversidade cultural e, por exemplo, o uso de chás, e a promoção comercial das fórmulas infantis. O aleitamento materno vem se mostrando cada vez mais importante para a sociedade em todos os aspectos.

Embora não quantificados financeiramente, impactos negativos no meio ambiente estão relacionados com o aleitamento artificial,

pois as fórmulas do leite artificial para sua produção necessitam de embalagens, energia, água, além de produzir resíduos que contribuem para a emissão de gás metano, geração de desequilíbrio com resultado direto no efeito estufa. Metal, plásticos e toneladas de papel utilizados nas embalagens do produto terminam nos aterros sanitários e o tempo para decomposição é maior que cem anos. Em contrapartida, o leite materno é um alimento renovável, produzido e fornecido sem poluição.

A amamentação contribui com a sustentabilidade e segurança alimentar do bebê até o sexto mês de vida, devendo ser considerada no desenvolvimento de metas climáticas inteligentes, desde a produção excessiva de resíduos, não só com as embalagens do leite artificial, mas também na produção das mamadeiras, não esquecendo do combustível para transporte e dos agentes de limpeza para preparação e uso de mamadeiras que acabam gerando poluentes. Já o leite materno não precisa ser aquecido. Estima-se que aproximadamente quatro mil litros de água, por ano, sejam necessários no processo de diluição do leite artificial na forma de pó até o sexto mês de vida.

O aleitamento materno é responsabilidade coletiva. A participação da família, dos profissionais de saúde e empregadores é fundamental, bem como as políticas públicas voltadas à proteção e apoio à amamentação. Metal, toneladas de papel usados para embalar o produto terminam em aterros sanitários com tempo para decomposição no solo que passa de cem anos. A tríade parir, nutrir, e cuidar são essenciais para toda a sociedade. Diante de todos os inúmeros benefícios percorridos e presentes nas orientações realizadas nas unidades de saúde, o pilar da sustentabilidade ainda não é enfatizado por parte dos enfermeiros assistenciais e gerenciais. O processo de enfermagem para ser executado deve ser baseado em ciência e diante de toda a revisão, o gerenciamento que irá impactar na assistência terá como função sensibilizar a comunidade referente à importância do alimento natural. Diante de todas as preocupações, a financeira é uma que necessita de destaque, haja vista que a interrupção do aleitamento gera a suscetibilidade de complicações presentes ou futuras doenças relacionadas ao trato respiratório para esta faixa etária, por

consequente, aumento dos gastos para os cofres públicos com internações recorrentes. Tendo em vista esta abordagem, este impacto está diretamente ligado a óbitos ainda na primeira infância.

Estimular e apoiar a mulher com informações corretas e essenciais sobre a licença à maternidade de 120 dias e a licença à paternidade. Encorajando os fenômenos materno e paterno. No Brasil, o tempo de seis meses para dedicação ao filho é benefício opcional concedido pelas empresas em decorrências da Lei 11.770/08 e realidade obrigatória no funcionalismo federal, estadual e em alguns municípios, como o município do Rio de Janeiro.

O suporte econômico e político é fundamental para promover a amamentação dentro do que é preconizado pela Organização Mundial de Saúde. Faz-se necessário que a sociedade coloque o tema em evidência, percebendo que o aleitamento materno exclusivo até o sexto mês de vida é uma questão prioritária e inadiável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Aleitamento Materno pode ser visto como uma chave para o desenvolvimento social. A promoção deste ato de maneira ampla traz, além dos benefícios já conhecidos à saúde, outros de grandes proporções de impacto econômico, social e ambiental.

Acredita-se que a promoção e incentivo ao aleitamento materno representem benefícios financeiros não só para as famílias envolvidas no processo, mas também à população em geral, uma vez que os custos decorrentes de infecções e agravos pela falta de proteção transmitida pelo leite materno são altíssimos.

O potencial de impacto social refere-se à promoção e à aproximação familiar, possibilitando uma mudança de comportamento e fortalecendo os vínculos afetivos. A prática também tem impacto ambiental, pois uma vez que exclusiva pode evitar a geração desnecessária de resíduos decorrentes da alimentação artificial.

Faz-se necessário que as mães recebam orientações para minimizar as principais dificuldades encontradas neste período. O incen-

tivo ao aleitamento materno começa no pré-natal, passando pelo curso de gestantes e chegando ao momento do parto. O ideal é que o contato pele a pele da mãe com o bebê seja favorecido e estimulando a amamentação logo na primeira meia hora de vida do recém-nascido. Perpassando por todo o contexto da rede pública, o profissional de enfermagem está presente na assistência e gestão das unidades, portanto, esta temática é fundamental diante da qualidade da redução de danos que é a prioridade destes.

A partir daí com o vínculo do binômio estabelecido, garantimos uma maior efetividade neste processo exclusivo até os seis meses de vida da criança. Sendo assim, estaremos promovendo um alicerce familiar, para uma sociedade mais estruturada, fortalecida e equânime.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. A legislação e o marketing de produtos que interferem na amamentação: um guia para o profissional de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Cadernos de Atenção Básica, n. 23. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

MORAIS, Ingrid Agrassar. A construção histórica do conceito de cidadania: o que significa ser cidadão na sociedade contemporânea? XI Congresso Nacional de Educação EDUCERE, 2013.

NAKANO, Ana Márcia Spanó. As vivências da amamentação para um grupo de mulheres: nos limites de ser "o corpo para o filho" e de ser "o corpo para si". Cadernos de Saúde Pública, v. 19, p. S355-S363, 2003.

ALMEIDA, Quenfin; APARECIDA, Gisele Fófano. Tecnologias leves aplicadas ao cuidado de enfermagem na unidade de terapia intensiva: uma revisão de literatura. HU Revista, Juiz de Fora, v. 42, n. 3, p. 191-196, set. /out. 2016.

BONFIM, Daiana et al. Padrões de tempo médio das intervenções de enfermagem na Estratégia de Saúde da Família: um estudo observacional. Rev. esc. Enferm. USP, vol. 50, n. 1. São Paulo, fev. 2016. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420160000100016>>.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA. Amamentação. Série Orientações e Recomendações FEBRASGO, n. 16, 2018.

Contato:

Nome: Alice Abreu Damasceno

e-mail: alicedamasceno167@yahoo.com

Apoio Financeiro: PICPq - Programa de Iniciação Científica e Pesquisa do Unifeso